

Curriculum vitae de Maria Filipa Carvalho da Silva Mendonça

Data de Nascimento: 23 de Agosto de 1959
Habilitações Literárias e Formação Especializada

Licenciatura em Matemáticas Aplicadas — Ramo de Informática e Investigação Operacional, pela Universidade Livre de Lisboa no ano de 1985;

Estágio realizado no Departamento de Informática da EDP que teve a duração de 6 meses com a classificação de 16 valores;

Curso sobre Redes Locais — IBM Portugal;

Curso de MS-DOS Ver 3.3 — IBM Portugal;

Cursos de UNIX no centro de formação da UNISYS, com as seguintes componentes, Conceito UNIX, UNIX — Utilizador Workshop 1,2

Oracle — SQL* Plus;

Curso de Sistemas Informáticos Distribuídos do Instituto Nacional de Administração;

Curso de Comunicação de Dados e Serviços Telemáticos do Instituto Nacional de Administração;

Certificado de Competências nas Tecnologias de Informação TIC — Carta Europeia de Condução Informática da ECDL na Conhecer Mais;

Frequência do Diploma de Especialização em Sociedade da Informação e Inovação na Administração Pública no Instituto Nacional de Administração;

Seminário sobre 41 geração/CASE na UNISYS;

Seminário sobre os IBM PS/2 na IBM Portugal

Seminário sobre Redes Privadas X.25, Redes Digitais de Alta Velocidade e Redes Locais de Distribuição e Comutação na Timeplex;

Conferência sobre o tema “L’Expérience de Sophie — Antipolis et le Phénomène Technopole dans le Monde” proferida pelo Prof. Dominique Faiche, PDG da “Technopole Service Développement”;

Workshop “e-Government no Canadá: Melhores Práticas” no Instituto Nacional de Administração;

Carreira Profissional e Actividades Desenvolvidas:

Desde 2004 que me encontro como Coordenadora do Grupo de Informatização Consular, e responsável na área de Informática no Grupo de Trabalho VIS na Comissão Europeia representando Portugal.

Em 1996, por determinio do Sr. Secretário Geral, sou colocada no Departamento Geral de Administração ficando como responsável pela implementação da RAFE (Reforma Administrativa e Financeira do Estado) na Área de informática, bem como todo o apoio na área Patrimonial no que concernia a todo o processo de aquisições de equipamento de Informática para todo o MNE, e definição e acompanhamento junto dos fornecedores para a continuação da instalação da rede estruturada de modo a abranger todos os serviços existentes no Palácio das Necessidades.

Durante este período foi designada para dar apoio técnico à Direcção de Serviços de Vistos e Contabilidade Consular nas respectivas ligações ao Sistema de Informação SCHENGEN no subgrupo VISION, que regularmente se reunia em Bruxelas com os restantes países membros do referido acordo onde eram debatidos todos os problemas e soluções técnicas adoptadas.

Ainda em 1996, por despacho Ministerial, sou colocada no GIC — Grupo de Informatização Consular, criado com a missão específica da informatização dos postos consulares e dos serviços centrais da DGACCP — Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

Em 1993, passei a assumir a responsabilidade da coordenação do Centro de Informática do MNE, durante este período foi nomeada:

Responsável na área de informática nos projectos de informatização dos Postos Consulares e de informatização dos serviços internos do MNE, no desenvolvimento do projecto da informatização da Contabilidade Consular, representante do MNE na Entidade de Coordenação Sectorial junto do Instituto de Informática;

Em Outubro de 1991, fui requisitada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, durante o período da Presidência Portuguesa no Conselho nas Comunidades para assegurar a instalação do Sistema Informático, adquirido para a Direcção-Geral dos Negócios Políticos e Económicos, e respectiva conexão à Direcção-Geral das Comunidades Europeias e à Reper (Bruxelas).

De 1988 a 1991, Bolseira na Direcção de Serviços de Finanças e Património do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial e responsável pela coordenação de toda a informatização do Departamento, responsável pela coordenação da informatização da Contabilidade Orçamental e sua ligação em rede a todos os serviços existentes neste laboratório na área da grande Lisboa, Monitora e Coordenadora de Cursos na área da Micro informática, Monitora do Curso da Gestão de Projectos de Inovação e a sua aplicação às Novas Tecnologias, destinado aos quadros superiores de várias empresas, no âmbito do apoio que o or-

ganismo (L.N.E.T.I.) presta ao desenvolvimento tecnológico e de gestão, das empresas do sector. Programadora do Quadro do L.N.E.T.I.

De 1986 a 1988 Consultora de informática na Copinaque, na Computerland, na Casa Agrícola Vaz Monteiro, Elaboração do Caderno de Análise Funcional para a informatização do Arquivo Instituto Português de Arquivo, Monitora no Módulo de Programação da linguagem Pascal nos Cursos da Inforjovem.

Outras Actividades:

Monitora da cadeira de Informática no XIII curso de Formação Diplomática e Consular; actividade que tenho mantido ao longo dos anos, e que depende da Secretaria de Estado da Cooperação Portuguesa do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Despacho n.º 29102/2007

1 — Nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, n.º 6 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 47/2007, de 27 de Abril, Portaria n.º 503/2007, de 30 de Abril e de acordo com o Despacho n.º 21 550/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, de 17 de Setembro de 2007, determino que a Técnica Superior de 1.ª classe do Quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal técnico superior, Ana Cristina Vilhena Tavares Ribeiro seja nomeada Chefe de Divisão de Relações Públicas, Informação e Documentação da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidade Portuguesa, em regime de substituição.

2 — A funcionária é nomeada para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae*, em anexo.

27 de Novembro de 2007. — O Secretário-Geral, *Fernando d’Oliveira Neves*.

Ribeiro (Ana Cristina Vilhena Tavares) — Nasceu em 19 de Outubro de 1965, em Santa Justa, Lisboa, casada, licenciada em Comunicação Social, área de Relações Públicas, publicidade e Marketing, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa (1985 — 1989); frequentou o Mestrado de Relações Internacionais, área de Estudos Europeus, no ISCP (1991); técnica superior de 2ª classe, na Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, em 2006, Direcção de Serviços de Acção Externa — Divisão de Informação e Documentação, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, responsável pela recolha, tratamento, análise e difusão de dados relativos à emigração e às Comunidades Portuguesas, produção de informação especializada com o objectivo de permitir a caracterização das mesmas Comunidades, coordenação dos Dossiers sobre as Comunidades Portuguesas, elaboração de informações, com tratamento sistematizado e estatístico, sobre os portuguesas no estrangeiro e de estudos relacionados com os actuais fluxos migratórios nacionais e internacionais; de Setembro de 2001 a Janeiro de 2006, técnica superior na Direcção Regional das Comunidades, do Governo Regional dos Açores, no Gabinete de Informação e Relações Externas, na Horta, ilha do Faial e no Gabinete de Intercâmbio Cultural e Comunitário, em Angra do Heroísmo, ilha Terceira; de Maio de 1996 a Agosto de 2001 técnica superior de 2.ª classe do Quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, Direcção de Serviços de Formação.

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus**Despacho (extracto) n.º 29103/2007**

Por despacho de 15 de Novembro de 2007 do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, foi autorizado o gozo de licença sem vencimento, para o exercício de funções com carácter experimental, em organismo internacional, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, a Ilídio José de Lemos Torres do Vale Vieira, assessor do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008 e por um prazo de nove meses.

26 de Novembro de 2007. — O Chefe de Repartição, *Carlos Paulo*.

Instituto Camões, I. P.**Despacho n.º 29104/2007**

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, cumpridos todos os procedimentos

legais a que se refere o mesmo diploma, obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e tendo em conta que é do interesse e da necessidade do serviço, nomeio definitivamente a licenciada Ana Filipa Teixeira Rodrigues Ferreira Teles, pertencente ao quadro de nomeação definitiva da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos de Elvas n.º 1-341393, por reclassificação, na categoria de Técnico Superior de 1ª Classe, da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Instituto Camões, indo ocupar um lugar criado automaticamente e a extinguir quando vagar, posicionando-se no escalão 2, índice 475, da tabela indiciária do regime geral da Administração Pública, considerando-se exonerada do lugar que anteriormente ocupava à data da aceitação do lugar para que é nomeada. A presente nomeação tem adequado cabimento no orçamento do Instituto Camões. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

14 de Novembro de 2007. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

Despacho n.º 29105/2007

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, cumpridos todos os procedimentos legais a que se refere o mesmo diploma, obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e tendo em conta que é do interesse e da necessidade do serviço, nomeio definitivamente a licenciada Maria José Medeiro Chora Goulart Machado, pertencente ao quadro de nomeação definitiva do Agrupamento de Escolas de Telheiras — 343274, por reclassificação, na categoria de Assessor Principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Instituto Camões, indo ocupar um lugar criado automaticamente e a extinguir quando vagar, posicionando-se no escalão 4, índice 900, da tabela indiciária do regime geral da Administração Pública, considerando-se exonerada do lugar que anteriormente ocupava à data da aceitação do lugar para que é nomeada. A presente nomeação tem adequado cabimento no orçamento do Instituto Camões. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

14 de Novembro de 2007. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

Despacho n.º 29106/2007

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, cumpridos todos os procedimentos legais a que se refere o mesmo diploma, obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e tendo em conta que é do interesse e da necessidade do serviço, nomeio definitivamente a licenciada Maria Luisa Mota da Cunha Rego de Castro Martins, pertencente ao quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária Rainha D. Amélia-404408, por reclassificação, na categoria de Assessor Principal, da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Instituto Camões, indo ocupar um lugar criado automaticamente e a extinguir quando vagar, posicionando-se no escalão 4, índice 900, da tabela indiciária do regime geral da Administração Pública, considerando-se exonerada do lugar que anteriormente ocupava à data da aceitação do lugar para que é nomeada. A presente nomeação tem adequado cabimento no orçamento do Instituto Camões. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

14 de Novembro de 2007. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

Despacho (extracto) n.º 29107/2007

Por meu despacho de 05 de Novembro de 2007, Paula Cristina Coelho Pereira, técnica superior de 1ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal do ex-Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior, provida automaticamente, por integração, no quadro de pessoal de ex-Instituto da Cooperação Portuguesa, na mesma categoria, carreira, índice e escalão, com efeitos reportados à data da aceitação do lugar neste Instituto, nos termos dos n.ºs 6 e 9 do artigo 12º da lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

5 de Novembro de 2007. — O Vice-Presidente, *Artur Lami*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

Portaria n.º 1172/2007

A Câmara Municipal do Alandroal solicitou a aquisição, por ajuste directo, da área de 20.500m² do prédio rústico, do domínio patrimonial

privado do Estado, designado por “Castelo”, correspondente ao interior da Fortaleza de Juromenha, tendo em vista a sua reconstrução e reconversão em unidade hoteleira.

O projecto apresenta benefícios quer para o Município do Alandroal dado criar um pólo de desenvolvimento, quer para o Estado, uma vez que vai permitir a revitalização do seu património.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, o seguinte:

1.º Autorizar, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, em conjugação com o disposto no n.º 1 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, a cessão, a título definitivo, pelo Estado a favor do Município do Alandroal do prédio rústico denominado por “Castelo” correspondente à área interior da Fortaleza de Juromenha, descrito sob o n.º 299/170398, e inscrito a favor do Estado pela Ap. 170398, na Conservatória do Registo Predial do Alandroal.

2.º Reconhecer o interesse público da cessão, uma vez que a mesma se destina à recuperação e reconversão do interior da Fortaleza de Juromenha, pela restauração das muralhas, hornaveque, fortim e fortaleza, que continuarão a pertencer ao Estado.

3.º Os encargos financeiros serão suportados por uma empresa municipal de capitais mistos, a qual desenvolverá a prossecução da finalidade da cessão.

4.º A presente cessão opera-se mediante uma contrapartida financeira em espécie, nomeadamente pela reconstrução de imóveis do Estado, constituindo, igualmente, obrigação da referida empresa municipal de capitais mistos, a construção, sem encargos para o Município, de uma estação de tratamento de esgotos, de uma rede de infra-estruturas de abastecimento de água, electricidade e saneamento básico, a construção de um posto de turismo, de um posto de saúde, de um anfiteatro com capacidade para quinhentas pessoas, e de um espaço museológico, entre outros equipamentos.

5.º O auto de cessão deverá ser celebrado no prazo de noventa dias após a data da publicação da presente Portaria.

6.º Esta cessão fica sujeita à cláusula de reversão, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, a qual terá que ser registada na Conservatória do Registo Predial, como ónus, devendo ao imóvel ser conferido o destino que fundamenta a cessão no prazo máximo de dois anos.

7.º O ónus de reversão deverá ser levantado mediante a exibição de documento emitido pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças confirmativo da conclusão do projecto que determinou a realização da cedência, e que o Município está autorizado a transferir a titularidade do imóvel para a empresa de capitais mistos por ele maioritariamente detida.

17 de Novembro de 2007. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

Direcção-Geral dos Impostos

Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos

Aviso (extracto) n.º 25488/2007

Por despachos da Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, e do Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, de 08/10/07 e 23/10/07, respectivamente, foi autorizada a prorrogação da requisição para a DGCI, da arquitecta assessora principal, Olga Maria Nunes Saraiva Gouveia Moreira da Silva, do quadro da ex-Direcção-Geral dos Edifícios e dos Monumentos Nacionais, nos termos do artigo 6º da lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com afectação à Direcção de Serviços de Instalações e Equipamentos, com efeitos a 15/10/07.

7 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 25489/2007

Por despacho do Senhor Director-Geral dos Impostos, de 15/11/07, proferido nos termos dos artigos 13º e 24º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, foram nomeados, em regime de substituição, nos cargos de chefes de finanças, Alípio José Santos Barreira, no S.F. de Murça, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 01/07/07, José João Pereira de Jesus, no S.F. de Peso da Régua, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 01/10/07, Francisco José Lambuzana Luciano, no S.F. de Setúbal 2, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 01/11/07, Pedro Jorge Rio Raminhos do Nascimento, no S.F. de Vila do Bispo, por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 20/11/07, Orlando de Jesus Martins Bandeira, no S.F. de Albufeira, por impedimento do